

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA, CEARÁ: PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PARA PROFESSORES

Germânia Kelly Ferreira de Medeiros
Antônia Dalila de Freitas Saldanha
Fred Secundino Gomes

Introdução

A relação entre as secretarias municipais de educação e as instituições de ensino superior, no que diz respeito a concepção e implementação de iniciativas de formação continuada, sempre representou um grande desafio. E quando se refere a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, os relatos são ainda mais escassos.

Este texto descreve uma experiência piloto de um modelo de colaboração entre os Programas de Pós-graduações da Universidade Estadual do Ceará (PPG/UECE) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza, capital do Ceará, para o fomento a pesquisas que tenham com objeto de investigação a rede municipal de ensino, sob múltiplos olhares, advindos de linhas de pesquisas existentes nestes PPG. As pesquisas são conduzidas por pesquisadores da UECE, tendo como auxiliares os professores efetivos da rede municipal de Fortaleza e a motivação se associa a meta 16 do PNE 2014 – 2024 que consiste em

formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

A rede municipal de Fortaleza possui cerca de 12.000 docentes atuando na educação infantil, ensino fundamental e diversas modalidades de ensino previstas na LDB. Ao longo dos últimos anos, vem se deparando com crescente demanda por formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* por parte desses professores, considerando, sobretudo, a ampliação dos níveis de complexidade dos processos de ensino e aprendizagem numa educação cada vez mais inclusiva, confirmando o que Esteve (2004, p. 38) afirma

[...] O inquestionável êxito social que supõe a plena escolarização [...] supõe também acolher em nossas salas de aula cem por cento das crianças mais lentas, cem por cento das mais agressivas, cem por cento das que sofrem maus-tratos ou que sobrevivem precariamente, com circunstâncias pessoais e sociais muito difíceis (ESTEVE, 2004, p. 38).

Embora não haja consenso na literatura sobre maiores níveis de qualificação profissional estarem associados a melhores desempenhos acadêmicos dos estudantes, mensurados em avaliações em larga escala, há que se reconhecer que no campo da docência existe um amplo conjunto de variáveis não mensuráveis que devem ser consideradas para o bom funcionamento de um equipamento escolar, entre eles, o bem-estar, a satisfação e a valorização profissional.

Metodologia

O desenvolvimento do projeto se deu por meio de metodologia qualitativa, com a criação de um grupo inicial de trabalho que se debruçou sobre a rede pública municipal para identificação de possíveis problemas de pesquisa, assim como mapeamento de docentes dos dois Programas de Pós-graduação envolvidos com interesses em trabalhar, a partir de suas linhas de pesquisa, com os problemas diagnosticados.

Os estudos possibilitaram a criação de dois macroprojetos denominados *Observatório da Rede Municipal de Educação: pesquisas em políticas educacionais e Letramento, tecnologias e ensino de Língua Portuguesa* que tem como objetivos, respectivamente, a investigação das políticas educacionais que vem sendo implementadas na rede municipal de ensino de Fortaleza e pesquisas que investigam fenômenos da linguagem nos campos dos letramentos, da linguagem e sua relação com as tecnologias e o ensino de língua portuguesa.

Foi elaborado um modelo de parceria interinstitucional, no qual os projetos de pesquisas são financiados pela SME, via termo de convênio celebrado com a UECE, seguindo parâmetros financeiros utilizados pelas agências de fomento, como CNPq, CAPES etc, ficando os recursos de cada projeto sob a gestão do professor pesquisador responsável.

A seleção dos auxiliares de pesquisa foi realizada mediante Chamada Pública, atendendo todos os critérios de publicidade e mérito estabelecidos pela legislação dos PPG, possibilitando que eles ingressem como alunos regulares nos PPG, para cumprir as exigências estabelecidas por um curso de mestrado ou doutorado acadêmico, com a SME concedendo liberação de 50% da carga horária para os envolvidos nas pesquisas, observando as normativas estabelecidas pela rede.

Discussão dos resultados

Fortaleza, ao elaborar seu Plano Municipal de Educação (PME) 2015 – 2025 (Lei no 10.371/2015) estabeleceu entre as diretrizes, a “[...] IX – valorização dos profissionais de educação” o que justifica o interesse da SME em apoiar e fomentar pesquisas sobre o sistema municipal de educação e a implementação de suas políticas, tendo, como protagonistas nessas iniciativas, seu quadro de professores.

O PME estabelece ainda nas diretrizes “apoiar a expansão equitativa e de qualidade da Educação Superior pública no Município; o compromisso de fomentar a integração entre as IES para a expansão de ações equitativas e qualitativas da Educação Superior no Município”; e a “indução de uma política permanente de articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão universitárias, com foco estratégico no desenvolvimento do Município”. A meta 3 prevê que durante a vigência do Plano a pretensão é “formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu* e garantir toda a formação continuada em sua área de atuação”, o que remete necessariamente a uma articulação com os programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais.

A experiência piloto realizada com dois PPG da UECE fomentou pesquisas em oito temas, demandando 40 auxiliares de pesquisa, que foram selecionados por meio de Edital público, entre os docentes da rede municipal. Os pesquisadores selecionaram oito auxiliares com titulação mínima de mestrado e 32 com formação em nível de graduação, sendo o segundo grupo com entrada a cada dois anos. Com duração de quatro anos, os projetos admitiram no primeiro ano de vigência, 24 auxiliares (oito mestres e dezesseis graduados) e dezesseis graduados no terceiro ano. Atualmente, os dezesseis auxiliares admitidos em 2020 concluíram o mestrado, seis doutorandos estão qualificados e foram admitidos novos¹ auxiliares de pesquisa em 2022. Os projetos já produziram seus relatórios parciais referente a dois anos de execução, sendo encaminhados a SME.

Com o andamento da experiência nos dois PPG, as instituições envolvidas já reconheciam a viabilidade do modelo concebido, o que levou a SME a instituir como política pública da rede municipal, pela Lei nº 11.207, de 17 de dezembro de 2021. Com isso, a experiência pode ser ampliada para inserção de outras instituições de ensino

¹ Dois dos doutorandos desistiram de participar do projeto no fim do primeiro ano e as duas instituições acordaram em converter as vagas para as pesquisas desenvolvidas nos mestrados, assegurando a continuidade do projeto, sem maiores prejuízos.

superior que passaram a participar da política pública instituída, seguindo o modelo implementado pela experiência piloto, mas ampliando sobremaneira as linhas de pesquisas, o número de pesquisadores envolvidos e a quantidade de auxiliares de pesquisa recrutados entre os docentes da rede municipal.

Quanto a ampliação do programa, o Quadro 1 apresenta os dados referentes aos convênios de financiamento de pesquisas firmados com quatro instituições de ensino superior e a quantidade de docentes da rede municipal envolvidos.

Quadro 1: Instituições, quantidade de docentes da SME, ano de início do projeto de pesquisa.

UNIVERSIDADE	2022		2023		2024		TOTAL
	MESTRADO	DOCTORADO	MESTRADO	DOCTORADO	MESTRADO	DOCTORADO	
UECE	57	23	51	6	41	0	178
IFCE	20	0	10	0	0	0	30
UFC	97	23	69	0	0	0	189
UNILAB	0	0	10	0	0	0	10
TOTAL	174	46	140	6	41	0	407

Fonte: SME, 2022

Considerações finais

A iniciativa está no terceiro ano de execução e as metas intermediárias até agora foram atingidas. O bom desempenho atribuído à experiência piloto permitiu que a SME ampliasse o escopo com a inserção de outros projetos de pesquisa e programas de pós-graduação das universidades cearenses. Dados de 2023 informam que existem 112 projetos de pesquisa em andamento, contando com 174 auxiliares de pesquisa que estão recebendo formação em nível de mestrado e 46 em nível de doutorado, em 28 programas de pós-graduação de quatro instituições públicas do estado do Ceará (UFC, UECE e IFCE) e com previsão de ingresso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A rede também implementa um trabalho de acompanhamento pedagógico dos professores que atuam como auxiliares de pesquisas e cursistas dos PPG, monitorando seus resultados e apoiando-os durante o andamento das pesquisas, especialmente no que diz respeito aos aspectos burocráticos e institucionais sobre autorização de visitas às escolas, acesso à bases de dados no âmbito da SME, pesquisa documental e suporte psicológico, este último requisitado durante a pandemia do Corona vírus.

Caracterizando-se como uma experiência inovadora, a expectativa é que a criação de iniciativas dessa natureza, fortaleça não apenas a rede de ensino municipal, mas que

aproxime os programas de pós-graduação acadêmicos de problemas vivenciados na educação básica. Ao criar condições operacionais com recursos humanos e financeiros para que pesquisas científicas serão realizadas de forma sistemática, a SME submete ao escrutínio da Academia a implementação de suas políticas, reconhece como maior valor educacional seu corpo docente e inaugura uma forte articulação com a Universidade na luta pela qualidade da educação socialmente referenciada.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: DF.

BRASIL. **Lei no 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

ESTEVES, J. M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna. 2004.

FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 10.371, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal da Educação 2015 - 2025, alinhado ao Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/481/text?>. Acesso em: 06 out 2022.